

Relatório da Administração de 2018

Para fins de atendimento legal, estabelecidos na RN 435/18, os principais fatos ocorridos no exercício social de 2018 na Unimed Planalto Médio, estão descritos no presente relatório.

Com referência sobre as política e destinação das sobras ou rateio das perdas, permanece inalterada e está descrita no Estatuto Social da Cooperativa, transcrito no Capítulo XIII, nos artigos 72 a 75, sendo que ainda observa a questão da capitalização a ser formada para a solvência.

O resultado da Unimed Planalto Médio, no ano de 2018, foi influenciado pelo desempenho e trabalho da gestão, que buscou um controle rígido sobre as despesas administrativas e assistências; e assim a pode valorizar e melhorar a remuneração do trabalho médico.

Sobre as reorganizações societárias a cooperativa segue seu Estatuto Social e a Lei das Sociedades Cooperativas 5.764/71, sendo que não houve fatores que provocaram a reorganização societária, já que a Unimed Planalto Médio, além de operadora de planos de saúde é uma cooperativa de serviços médicos. A última alteração estatutária aconteceu no ano de 2017.

Para os próximos anos a administração será voltada para os seguintes planos de trabalho: Aumento do número de novos beneficiários de planos de pré-pagamento. Reajuste de contratos existentes de acordo com as cláusulas contratuais e índices como IGPM e da ANS, negociação de contratos coletivos deficitários, manutenção das políticas de inadimplência. Renegociação dos contratos com os prestadores de acordo com as normativas da ANS. Manutenção das políticas de controle das despesas administrativas, controle da sinistralidade. Manutenção das políticas de complemento de produção, de acordo com os resultados apresentados na cooperativa. Manutenção das políticas de remuneração da cota capital de acordo com a previsão legal. Manutenção das políticas de controles de custos e despesas dos meios próprios, parceria com novos convênios, reajuste do valor da hora médica do plantonista. Manutenção das políticas de garantidas dos atendimentos dos beneficiários, de acordo com as normativas da ANS e cláusulas contratuais. Manutenção das políticas de provisionamento e cumprimento de legislações específicas, garantindo a saúde econômica e financeira da cooperativa.

A respeito dos acordos de acionistas, os direitos dos médicos cooperados seguem o Estatuto Social da Cooperativa, transcrito em seu artigo 12º, como segue: Artigo 12º - São direitos dos cooperados: I) Realizar junto à Cooperativa todas as operações que constituem o objeto e a sua finalidade; II) Participar das Assembleias Gerais discutindo e votando os assuntos objeto da pauta de convocação, salvo os impedimentos legais e estatutários; III) Propor, mediante proposta escrita, ao Conselho de Administração e à Assembleia Geral, as medidas que julgar do interesse social IV) Examinar na sede social da Cooperativa, a qualquer tempo, o Livro de Matrículas V) Solicitar ao Conselho de Administração, por escrito, a qualquer tempo, demissão da Cooperativa VI) Solicitar ao Conselho de Administração, por escrito, a qualquer tempo, esclarecimentos sobre as atividades da Cooperativa; podendo também, no mês que anteceder a realização da Assembleia Geral Ordinária, examinar os livros contábeis e demais documentos relacionados ao exercício social encerrado VII) Apresentar indicações, projetos ou propostas para estudo do Conselho de Administração e órgãos internos da Cooperativa VIII) Participar dos resultados do exercício, na proporção dos serviços que tiver prestado através da Cooperativa, conforme deliberação da Assembleia Geral Ordinária IX) Receber as informações vinculadas a sua produção na Cooperativa, na forma e periodicidade fixadas pelo Conselho de Administração e requerer, por escrito, informações sobre os lançamentos realizados à título de débito e de crédito.

A Unimed Planalto Médio, declara que tem capacidade e intenção de manter os títulos e valores mobiliários, suficientes para cobrir suas obrigações perante a Agência Nacional de Saúde Suplementar, para isso dispõe de valores pulverizados em quatro instituições distintas sendo no Santander, Caixa Econômica Federal, Sicredi Planalto Médio e Banco do Brasil, em fundos específicos dedicados ao fundo saúde para ANS. A Cooperativa não efetua a emissão de debêntures, também não possui coligadas ou controladas.

Passo Fundo, 20 de Março de 2019.

Dr. Luiz Antonio Sagebin Albuquerque
Presidente Unimed Planalto Médio

UNIMED PLANALTO MÉDIO - COOPERATIVA DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA
CNPJ 87.607.149/0001-11 - RUA LAVA PÉS, 1898, 2º ANDAR - PASSO FUNDO / RS
NIRE (JCE) 43400003886 - Inscrição na ANS 31938-4

Demonstrações Financeiras Encerradas em 31/12/2018

I. Balanço Patrimonial - Ativo

ATIVO	NE	2018	2017
ATIVO CIRCULANTE		78.856.565,53	67.646.703,71
Disponível	04	3.267.414,04	3.958.398,76
Realizável		75.589.151,49	63.688.304,95
Aplicações Financeiras	05	41.396.431,22	33.994.315,78
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		14.512.467,49	13.796.889,58
Aplicações Livres		26.883.963,73	20.197.426,20
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	06	8.430.585,61	7.700.681,15
Contraprestação Pecuniária/Prêmio a Receber		7.352.075,99	6.715.184,70
Outros Créditos de Operações com Planos Assist. à Saúde		1.078.509,62	985.496,45
Créditos Operações Assist. à Saúde Não Relac. c/ Planos de Saúde da Operadora	06	23.110.435,80	20.435.321,16
Créditos Tributários e Previdenciários	07	1.254.750,16	282.089,29
Bens e Títulos a Receber	08	782.997,19	726.557,52
Despesas Antecipadas	09	152.126,21	24.029,63
Conta-Corrente com Cooperados	09	461.825,30	525.310,42
ATIVO NÃO CIRCULANTE		18.121.071,29	18.068.299,48
Realizável a Longo Prazo	10	1.813.527,19	1.861.393,22
Títulos e Créditos a Receber		21.717,07	48.609,08
Depósitos Judiciais e Fiscais		1.709.684,09	1.748.878,71
Outros Créditos a Receber a Longo Prazo		82.126,03	63.905,43
Investimentos	11	1.921.485,55	1.550.032,65
Participações Societárias pelo Método de Equivalência Patrimonial		1.307.660,95	562.069,28
Participações Societárias - Operadora de Planos de Assistência a Saúde		1.307.660,95	562.069,28
Outros Investimentos		613.824,60	987.963,37
Imobilizado	12	14.174.294,99	14.656.873,61
Imóveis de Uso Próprio		11.336.257,99	11.537.409,50
Imóveis - Não Hospitalares / Odontológicos		11.336.257,99	11.537.409,50
Imobilizado de Uso Próprio		2.761.942,76	2.232.885,52
Não Hospitalares / Odontológicos		2.761.942,76	2.232.885,52
Outras Imobilizações		76.094,24	886.578,59
Intangível	13	211.763,56	-
TOTAL DO ATIVO		96.977.636,82	85.715.003,19

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

UNIMED PLANALTO MÉDIO - COOPERATIVA DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA

RUA LAVA PÉS, 1898, 2º ANDAR

NIRE (JCE) 43400003886 - Inscrição na ANS 31938-4

Demonstrações encerradas em 31/12/2018

I Balanço Patrimonial - Passivo

PASSIVO	NE	2018	2017
PASSIVO CIRCULANTE		36.735.770,34	33.071.410,69
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde		21.939.966,64	19.869.166,02
Provisões de Prêmios/Contraprestações		7.572.377,81	6.264.032,72
Provisão de Prêmio/Contraprestação Não Ganha - PPCNG	15	7.431.253,25	6.127.139,79
Provisão para Remissão	15	141.124,56	136.892,93
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para SUS	16	885.327,87	473.719,98
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para Outros Prestadores de Serviços Assistenciais	16	5.546.310,41	5.757.228,47
Provisão para Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados (PEONA)	15	7.935.950,55	7.374.184,85
Débitos de Operações de Assistência à Saúde		16.948,77	-
Outros Débitos de Operações com Planos de Assistência à Saúde		16.948,77	-
Débitos Operações Assist. Saúde Não Relac. c/Pl. Saúde da Operadora	17	10.762.257,31	9.906.891,89
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	18	1.736.019,32	1.480.098,74
Débitos Diversos	19	2.207.134,73	1.724.213,50
Conta-Corrente Cooperados	19	73.443,57	91.040,54
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		14.206.276,77	13.336.602,15
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde		489.821,86	456.281,93
Provisão para Remissão	15	163.794,90	130.254,97
Provisão de Eventos / Sinistros a Liquidar para o SUS	16	326.026,96	326.026,96
Provisões	20	10.014.647,33	9.788.192,99
Provisões para Ações Judiciais		10.014.647,33	9.788.192,99
Débitos Diversos	20	3.701.807,58	3.092.127,23
PATRIMÔNIO LÍQUIDO/PATRIMÔNIO SOCIAL		46.035.589,71	39.306.990,35
Capital/Patrimônio Social	21.1	9.774.924,16	5.222.450,54
Reservas	21.3	35.808.285,76	33.376.101,81
Reserva de Capital/Reservas Patrimoniais		-	3.334.182,90
Reservas de Lucros/Sobras/Retenções Superávits		35.808.285,76	30.041.918,91
Lucros/Prejuízos - Superávits/Déficits Acumulados ou Resultado	22	452.379,79	708.438,00
TOTAL DO PASSIVO		96.977.636,82	85.715.003,19

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações Financeiras Encerradas em 31/12/2018

II. Demonstração do Resultado

	2018	2017
Contraprestações Efetivas/Prêmios Ganhos de Operações de Assistência à Saúde	164.853.329,55	121.072.166,78
Receitas com Operações de Assistência à Saúde	165.314.078,78	121.423.365,24
Contraprestações Líquidas/Prêmios Retidos	165.334.128,75	121.421.479,43
Variação das Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	(20.049,97)	1.885,81
(-) Tributos Diretos de Operações c/Planos de Assist. à Saúde	(460.749,23)	(351.198,46)
Eventos Indenizáveis Líquidos/Sinistros Retidos	(148.345.798,03)	(109.481.935,90)
Eventos/Sinistros Conhecidos ou Avisados	(147.766.310,74)	(108.399.295,11)
Variação da Provisão de Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados	(579.487,29)	(1.082.640,79)
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE	16.507.531,52	11.590.230,88
Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde	275.405,51	268.487,30
Receitas de Assistência à Saúde Não Relacionadas c/Planos Saúde da Operadora	10.038.860,61	11.291.777,54
Receitas com Operações de Assistência Médico-Hospitalar	4.759.143,60	4.451.780,62
Receitas com Administração de Intercâmbio Eventual - Assistência Médico Hospitalar	1.473.467,28	3.155.468,79
Outras Receitas Operacionais	3.806.249,73	3.684.528,13
(-) Tributos Diretos de Outras Atividades de Assistência à Saúde	(796.554,66)	(642.115,62)
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde	(2.587.847,84)	(2.323.233,20)
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde	(2.283.363,83)	(2.132.494,50)
Provisão para Perdas Sobre Créditos	(304.484,01)	(190.738,70)
Outras Despesas Oper. de Assist. à Saúde Não Relac. c/Planos Saúde da Operadora	(4.595.273,52)	(4.620.182,99)
RESULTADO BRUTO	18.842.121,62	15.564.963,91
Despesas de Comercialização	(172.670,05)	(181.303,90)
Despesas Administrativas	(12.311.708,48)	(12.254.298,80)
Resultado Financeiro Líquido	1.426.561,17	2.479.285,20
Receitas Financeiras	2.700.943,64	3.129.449,25
Despesas Financeiras	(1.274.382,47)	(650.164,05)
Resultado Patrimonial	785.696,77	623.502,37
Receitas Patrimoniais	856.667,67	726.308,16
Despesas Patrimoniais	(70.970,90)	(102.805,79)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES	8.570.001,03	6.232.148,78
Imposto de Renda	(1.706.598,37)	(1.399.813,79)
Contribuição Social	(638.335,47)	(525.177,22)
RESULTADO LÍQUIDO	6.225.067,19	4.307.157,77

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações Financeiras Encerradas em 31/12/2018

III. Demonstração de Sobras ou Perdas

	ATO COOPERATIVO (INGRESSOS/DISPÊNDIOS)		TOTAIS
	PRINCIPAL	AUXILIAR	
Contraprestações Efetivas/Prêmios Ganhos de Operações de Assistência à Saúde	49.177.871,84	115.675.457,71	164.853.329,55
Receitas com Operações de Assistência à Saúde	49.201.577,22	116.112.501,56	165.314.078,78
Contraprestações Líquidas/Prêmios Retidos	49.206.966,65	116.127.162,10	165.334.128,75
Variação das Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	(5.389,43)	(14.660,54)	(20.049,97)
(-) Tributos Diretos de Operações c/Planos de Assist. à Saúde	(23.705,38)	(437.043,85)	(460.749,23)
Eventos Indenizáveis Líquidos/Sinistros Retidos	(44.678.901,37)	(103.666.896,66)	(148.345.798,03)
Eventos/Sinistros Conhecidos ou Avisados	(44.523.135,19)	(103.243.175,55)	(147.766.310,74)
Variação da Provisão de Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados	(155.766,18)	(423.721,11)	(579.487,29)
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE	4.498.970,47	12.008.561,05	16.507.531,52
Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde	86.174,39	189.231,12	275.405,51
Receitas de Assistência à Saúde Não Relacionadas c/Planos Saúde da Operadora	5.792.762,21	4.246.098,40	10.038.860,61
Receitas com Operações de Assistência Médico-Hospitalar	3.860.840,42	898.303,18	4.759.143,60
Receitas com Administração de Intercâmbio Eventual - Assistência Médico Hospitalar	595.960,65	877.506,63	1.473.467,28
Outras Receitas Operacionais	1.335.961,14	2.470.288,59	3.806.249,73
(-) Tributos Diretos de Outras Atividades de Assistência à Saúde	(42.641,80)	(753.912,86)	(796.554,66)
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde	(809.737,59)	(1.778.110,25)	(2.587.847,84)
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde	(714.464,54)	(1.568.899,29)	(2.283.363,83)
Provisão para Perdas Sobre Créditos	(95.273,05)	(209.210,96)	(304.484,01)
Outras Despesas Oper. de Assist. à Saúde Não Relac. c/Planos Saúde da Operadora	(3.579.503,14)	(1.015.770,38)	(4.595.273,52)
RESULTADO BRUTO	5.946.024,54	12.896.097,08	18.842.121,62
Despesas de Comercialização	(54.028,46)	(118.641,59)	(172.670,05)
Despesas Administrativas	(3.954.599,98)	(8.357.108,50)	(12.311.708,48)
Resultado Financeiro Líquido	(944.584,33)	2.371.145,50	1.426.561,17
Receitas Financeiras	169.975,91	2.530.967,73	2.700.943,64
Despesas Financeiras	(1.114.560,24)	(159.822,23)	(1.274.382,47)
Resultado Patrimonial	39.218,63	746.478,14	785.696,77
Receitas Patrimoniais	110.189,53	746.478,14	856.667,67
Despesas Patrimoniais	(70.970,90)		(70.970,90)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES	1.032.030,40	7.537.970,63	8.570.001,03
Imposto de Renda		(1.706.598,37)	(1.706.598,37)
Contribuição Social		(638.335,47)	(638.335,47)
RESULTADO LÍQUIDO	1.032.030,40	5.193.036,79	6.225.067,19

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações Financeiras Encerradas em 31/12/2018

V. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - DFC
 Método Direto

	2018	2017
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
(+) Recebimento de Planos Saúde	100.210.911,00	90.446.525,54
(+) Resgate de Aplicações Financeiras	12.740.978,82	8.438.462,97
(+) Outros Recebimentos Operacionais	119.798.790,02	113.668.498,23
(-) Pagamento a Fornecedores/Prestadores de Serviço de Saúde	(164.319.262,58)	(165.917.290,86)
(-) Pagamento de Comissões	(101.211,55)	(106.501,08)
(-) Pagamento de Pessoal	(6.163.247,88)	(5.951.780,76)
(-) Pagamento de Pró-Labore	(581.792,80)	(578.965,10)
(-) Pagamento de Serviços Terceiros	(3.301.223,02)	(2.828.136,90)
(-) Pagamento de Tributos	(5.375.426,66)	(3.694.960,58)
(-) Pagamento de Aluguel	(160.728,47)	(155.806,62)
(-) Pagamento de Promoção/Publicidade	(86.955,31)	(115.233,99)
(-) Aplicações Financeiras	(18.002.174,77)	(11.724.441,67)
(-) Outros Pagamentos Operacionais	(35.416.255,20)	(19.631.276,62)
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	(757.598,40)	1.849.092,56
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
(+) Recebimento de Venda de Ativo Imobilizado – Hospitalar		
(+) Recebimento de Venda de Ativo Imobilizado – Outros	31.900,00	32.340,00
(+) Outros Recebimentos das Atividades de Investimento	372.287,00	439.762,60
(-) Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado – Outros	(408.819,93)	(524.245,58)
(-) Pagamento Relativos ao Ativo Intangível	(127.801,74)	(8.542,81)
(-) Outros Pagamentos das Atividade de Investimento	(1.440,00)	(1.440,00)
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	(133.874,67)	(62.125,79)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
(+) Integralização de Capital em Dinheiro	425.697,67	523.592,97
(+) Outros Recebimentos da Atividade de Financiamento	3.498,96	8.572,24
(-) Outros Pagamentos da Atividade de Financiamento	(228.708,28)	(912.286,66)
Caixa Líquido das Atividades de Financiamentos	200.488,35	(380.121,45)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA	(690.984,72)	1.406.845,32
CAIXA – Saldo Inicial	3.958.398,76	2.551.553,44
CAIXA - Saldo Final	3.267.414,04	3.958.398,76
Ativos Livres no Início do Período (*)	24.155.824,96	24.304.274,91
Ativos Livres no Final do Período (*)	30.039.148,98	24.155.824,96
AUMENTO/(DIMINIÇÃO) DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS - RECURSOS LIVRES	5.883.324,02	(148.449,95)
DEMONSTRATIVO DA RECONCILIAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO COM O CAIXA LÍQUIDO OBTIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
	2018	2017
Resultado Líquido	6.225.067,19	4.307.157,77
Ajustes ao Resultado	1.044.448,15	603.648,65
(+) Depreciações	555.117,79	325.431,44
(+) Amortizações	51.868,89	142.066,51
(+) Depreciações	188.531,61	130.377,33
(+) Amortizações	1.072,00	3.025,80
(+) Resultado positivo venda ativo imobilizado	-	(4.629,87)
(+) Ajuste Imobilizado e Intangível	10.846,44	-
(-) Recebimento venda ativo imobilizado	(31.900,00)	(32.340,00)
(+) Juros incorporados ao Capital Próprio	1.011.211,32	551.237,53
(+) Despesas de Empréstimos e Financiamentos	-	-
(-) Receitas Patrimoniais	(742.299,90)	(511.520,09)
(+) Receitas de Juros Capital Próprio	-	-
(=) Resultado Ajustado	7.269.515,34	4.910.806,42
Variação nas contas do Ativo e Passivo	(8.027.113,74)	(3.061.713,86)
(-) Aumento (+) Redução das Aplicações Financeiras	(7.402.115,44)	(5.367.274,96)
(-) Aumento (+) Redução dos Créditos de Operações c/Planos de Ass. Saúde	(729.904,46)	(107.289,64)
(-) Aumento (+) Redução dos Créditos de Operações Não Relacionadas c/Planos	(2.675.114,64)	(10.687.428,42)
(-) Aumento (+) Redução dos Créditos Tributários e Previdenciários	(972.660,87)	(14.641,94)
(-) Aumento (+) Redução de Bens e Títulos a Receber	(56.439,67)	(223.001,20)
(-) Aumento (+) Redução das Despesas Antecipadas	(128.096,58)	112.518,22
(-) Aumento (+) Redução da Conta Corrente Cooperados	63.485,12	(57.293,51)
(-) Aumento (+) Redução do Realizável a Longo Prazo	47.866,03	42.435,55
(+) Aumento (-) Redução das Provisões Técnicas de Operações Assit. Saúde	2.070.800,62	985.622,07
(+) Débitos Operações Assit. Saúde Não Relac. c/PI. Saúde da Operadora	872.314,19	9.780.631,60
(+) Aumento (-) Redução Tributos e Encargos Sociais a Recolher	255.920,58	(311.284,45)
(+) Aumento (-) Redução dos Débitos diversos	482.921,23	390.256,69
(+) Aumento (-) Redução Conta-Corrente Cooperados	(17.596,97)	16.840,15
(+) Aumento (-) Redução das Provisões	33.539,93	315.866,84
(+) Aumento (-) Redução dos Tributos e ações judiciais	226.454,34	1.607.214,33
(+) Aumento (-) Redução dos Débitos Diversos	609.680,35	768.328,48
(+) Ajuste FATES para FACO	(576.503,45)	(289.201,66)
(+) Ajuste na Capital a integralizar - Fundo Rotativo	(3.498,96)	(8.572,24)
(+) Outros ajustes Fundo rotativo	(151.196,70)	-
(+) Outros ajustes Capital Social	2.761,33	-
(+) Outros Ajustes Capital a devolver	20.270,28	(15.439,77)
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	(757.598,40)	1.849.092,56

Demonstrações Financeiras Encerradas em 31/12/2018

IV. Demonstração do Resultado Abrangente

	NE	ATO COOPERATIVO (INGRESSOS/DISPÊNDIOS)		TOTAIS
		PRINCIPAL	AUXILIAR	
RESULTADO LÍQUIDO		1.032.030,40	5.193.036,79	6.225.067,19
(+/-) OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		260.483,31	571.997,72	832.481,03
(+) Reversão do FATES		260.483,31	571.997,72	832.481,03
RESULTADO ABRANGENTE		1.292.513,71	5.765.034,51	7.057.548,22

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações Financeiras Encerradas em 31/12/2018

VI. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido/Patrimônio Social dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

	Capital/Patrimônio Social	Reservas de Capital/Patrimoniais	Reservas de Lucros/Sobras/Retenções	Ajustes Avaliação Patrimonial	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
SALDO FINAL EM 31/12/2016	4.179.232,73	3.346.182,90	26.732.400,80	-	884.138,59	35.141.955,02
Deliberações da AGO	-	-	-	-	(884.138,59)	(884.138,59)
Sobras Distribuídas	-	-	-	-	(884.138,59)	(884.138,59)
Sobras Incorporadas	-	-	-	-	-	-
Aumento de Capital/Patrimônio Social com Lucros e Reservas em Espécie	523.592,97	-	-	-	-	523.592,97
Juros Capitalizados	551.237,53	-	-	-	-	551.237,53
Redução do Capital	(31.612,69)	(12.000,00)	-	-	-	(43.612,69)
Ajustes de Capital	-	-	-	-	-	-
Reversão de Reservas	-	-	(898.169,08)	-	-	(898.169,08)
FATES transferido para FATO	-	-	(289.201,66)	-	-	(289.201,66)
FATES utilizado	-	-	(608.967,42)	-	-	(608.967,42)
Lucro/Superávit/Prejuízo Líquido do Exercício	-	-	-	-	4.307.157,77	4.307.157,77
Outros Resultados Abrangentes	-	-	3.195.632,89	-	608.967,42	608.967,42
Destinação do Lucro/Superávit	-	-	-	-	(4.207.687,19)	-
Reserva Legal (10% s/Sobras Líquidas)	-	-	202.410,86	-	(202.410,86)	-
FATES (5% s/Sobras Líquidas)	-	-	101.205,43	-	(101.205,43)	-
FATES (Resultado Atos Cooperativos Auxiliares e Não Cooperativos)	-	-	2.892.016,60	-	(2.892.016,60)	-
Fundo de Reservas Operacional (50%)	-	-	1.012.054,30	-	(1.012.054,30)	-
SALDO FINAL EM 31/12/2017	5.222.450,54	3.334.182,90	30.041.918,91	-	708.438,00	39.306.990,35
Deliberações da AGO	-	-	500.000,00	-	(708.438,00)	(208.438,00)
Sobras Distribuídas	-	-	-	-	(208.438,00)	(208.438,00)
Sobras Incorporadas	-	-	500.000,00	-	(500.000,00)	-
Aumento de Capital/Patrimônio Social com Lucros e Reservas em Espécie	429.196,63	-	-	-	-	429.196,63
Juros Capitalizados	1.011.211,32	-	-	-	-	1.011.211,32
Outros ajustes ao Capital	(737,63)	-	-	-	-	(737,63)
Reversão de Reservas	-	-	(1.408.984,48)	-	-	(1.408.984,48)
FATES transferido para FATO	-	-	(576.503,45)	-	-	(576.503,45)
FATES utilizado	-	-	(832.481,03)	-	-	(832.481,03)
Incorporação Fundo Rotativo ao Capital	3.240.000,00	(3.334.182,90)	-	-	-	(94.182,90)
Incorporação Fundo Rotativo ao Capital à integralizar	(127.196,70)	-	-	-	-	-
Ajuste de Incorporação do capital (fundo rotativo para fundo reserva)	-	-	70.182,90	-	-	70.182,90
Lucro/Superávit/Prejuízo Líquido do Exercício	-	-	-	-	6.225.067,19	6.225.067,19
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	832.481,03	832.481,03
Destinação do Lucro/Superávit	-	-	-	-	(6.605.168,43)	-
Reserva Legal (10% s/Sobras Líquidas)	-	-	6.605.168,43	-	(6.605.168,43)	-
FATES (5% s/Sobras Líquidas)	-	-	129.251,37	-	(129.251,37)	-
FATES (Resultado Atos Cooperativos Auxiliares e Não Cooperativos)	-	-	64.625,69	-	(64.625,69)	-
Fundo de Reservas Operacional (50%)	-	-	5.765.034,51	-	(5.765.034,51)	-
Fundo de Reservas Operacional (50%)	-	-	646.256,86	-	(646.256,86)	-
SALDO FINAL EM 31/12/2018	9.774.924,16	-	35.808.285,76	-	452.379,79	46.035.589,71

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações Financeiras Encerradas em 31/12/2018

VII - Demonstração do Valor Adicionado

	2018	%	2017	%
(A) GERAÇÃO DA RIQUEZA				
a) Ingressos e receitas	206.091.902,73		135.431.300,89	
a1) Contraprestações emitidas líquidas	92.530.874,64		92.564.253,73	
a2) Outros ingressos e receitas operacionais	113.865.512,10		43.057.785,86	
a3) Provisão para perdas sobre créditos	(304.484,01)		(190.738,70)	
b) Variação das provisões técnicas	20.049,97		1.885,81	
b1) Provisão de remissão	20.049,97		1.885,81	
b2) Outras				
c) Receita Líquida Operacional (a-b)	206.111.952,70		135.433.186,70	
d) Eventos, dispêndios e despesas operacionais	(128.967.506,57)		(86.850.368,63)	
d1) Eventos indenizáveis líquidos	(54.567.971,56)		(54.882.899,41)	
d2) Variação da provisão para eventos ocorridos e não avisados	(579.487,29)		(1.082.640,79)	
d3) Outros dispêndios / Despesas Operacionais	(73.820.047,72)		(30.884.828,43)	
e) Insumos adquiridos de terceiros	(8.045.806,68)		(8.100.082,98)	
e1) Despesas de comercialização				
e2) Variação das despesas de comercialização diferidas				
e3) Despesas com serviços de terceiros	(3.453.013,46)		(2.901.237,31)	
e4) Materiais, energia e outras despesas administrativas	(4.032.633,30)		(3.716.644,00)	
e5) Provisões de Contingências - Administrativas	(327.834,55)		(1.399.327,18)	
e6) Despesas Financeiras	(232.325,37)		(82.874,49)	
e7) Despesas patrimoniais				
e8) Perda / Recuperação de valores ativos				
F) VALOR ADICIONADO BRUTO (c.-d.-e)	69.098.639,45		40.482.735,09	
g) DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO	(796.590,29)		(596.296,06)	
H) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (F-G)	68.302.049,16		39.886.439,03	
I) VALOR ADICIONADO RECEBIDO/CEDIDO EM TRANSFERÊNCIA	4.080.027,61		4.269.686,10	
i1) Receitas financeiras	2.700.943,64		3.129.449,25	
i2) Resultado de equivalência patrimonial				
i3) Outras	1.379.083,97		1.140.236,85	
I - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (H+I)	72.382.076,77		44.156.125,13	
(B) DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA				
a) Remuneração do trabalho	59.229.268,73	0,82	34.088.389,74	77,20%
a1) Cooperados	50.802.094,17	0,70	25.954.868,94	58,78%
a1.1) Produção (consultas e honorários)	50.417.846,85	0,70	25.568.652,89	57,91%
a1.2) Benefícios	384.247,32	0,01	386.216,05	0,87%
a2) Diretores, Conselheiros e Empregados	8.427.174,56	0,12	8.133.520,80	18,42%
a2.1) Remuneração Direta	6.636.211,61	0,09	6.404.900,04	14,51%
a2.2) Benefícios	1.338.222,86	0,02	1.282.706,92	2,90%
a2.3) F.G.T.S	452.740,09	0,01	445.913,84	1,01%
a2.4) Bônus / Participação nos lucros e resultados		-		0,00%
b) Remuneração governo-Impostos/Taxas/Contribuições	5.885.962,42	0,08	5.195.080,99	11,77%
b1) Federais (PIS, COFINS, IRPJ,CSLL)	3.264.241,56	0,05	2.707.642,52	6,13%
b1.1) Previdência Social	2.193.162,62	0,03	2.173.224,88	4,92%
b2) Estaduais		-	761,12	0,00%
b3) Municipais	428.558,24	0,01	313.452,47	0,71%
c) Contribuição para Sociedade		-		0,00%
d) Remuneração de capitais de terceiros		-		0,00%
d1) Juros		-		
d2) Aluguéis		-		0,00%
d3) Outras (royalties,direitos autorais)		-		0,00%
e) Remuneração de capitais próprios	7.266.845,62	0,10	4.872.654,40	11,04%
e1) Juros sobre capital próprio	1.041.778,43	0,01	565.496,63	1,28%
e2) Constituição de reservas e fundos	5.772.687,40	0,08	3.598.719,77	8,15%
e3) Sobras / Perdas líquidas a disposição da AGO	452.379,79	0,01	708.438,00	1,60%
(II) Total distribuído (a+b+c+d+e)	72.382.076,77	1,00	44.156.125,13	100,00%

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

UNIMED PLANALTO MÉDIO – Cooperativa de Serviços Médicos Ltda.

CNPJ 87.607.149/0001-11 – Rua Lava Pés, 1898, Passo Fundo - RS

NIRE (JCE) 43400003886 – Inscrição na ANS 31938-4

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras dos Exercícios findos em

31 de dezembro de 2017 e 2018

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Unimed Planalto Médio é uma sociedade cooperativa de primeiro grau, de natureza civil, sem fins lucrativos, tendo como objetivo social a prestação de serviços aos seus cooperados, sendo registrada como Operadora de Planos de Saúde com registro na ANS sob o número 31938-4. A entidade é regida pela Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que regulamenta o sistema cooperativista no País. A sociedade conta com 737 médicos associados, 123 Serviços Credenciados (Hospitais, Clínicas e Laboratórios) e rede própria assistencial através de um Pronto Atendimento, um SOS e um Laboratório, além de participar da rede de atendimento do Sistema Unimed Nacional. Sua área de ação abrange os municípios de Planalto, Alpestre, Ametista, Mato Castelhano, Pontão, Ernestina, Marau, Nicolau Vergueiro, Vila Maria, Gentil, Camargo, Coxilha, Sertão, Soledade, Ibirapuitã, Tunas, Lagoão, Mormaço, Victor Graeff, Fontoura Xavier, São José do Herval, Colorado, Não-Me-Toque, Rondinha, Nonoai, Novo Xingu, Tio Hugo, Vila Lângaro, Gramado dos Loureiros, Rio dos Índios, Trindade do Sul, Ronda Alta, Três Palmeiras, Engenho Velho, Constantina, Liberato Salzano, Tapejara, Charrua, Água Santa, Ciríaco, Muliterno e David Canabarro e Passo Fundo, onde está localizada sua sede administrativa.

A cooperativa atua na comercialização de planos de saúde, firmando, em nome dos associados, contratos de prestação de serviços com pessoas físicas e jurídicas, nas modalidades de planos com preço preestabelecido e pós estabelecidos, a serem atendidos pelos médicos associados, rede própria, rede credenciada e no intercâmbio nacional. Ainda a cooperativa atua também na comercialização de outros serviços, tais como: Prestação de Serviço; Remoção Terrestre, Atendimento Domiciliar, Atendimento de Urgência e Emergência 24 horas e serviços de análises clínicas no Laboratório, todos na cidade de Passo Fundo.

2) DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), as quais abrangem a legislação societária (Lei 5.764/71 – Sociedades Cooperativas), os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e normas editadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, conforme novo plano de contas estabelecido pela RN 418/16. Cooperativa também atendeu os quesitos da NBCT 10.21, na formatação das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 estão sendo apresentadas em conjunto com as correspondentes de 2017, de forma a permitir a comparabilidade.

Trata-se de Demonstrações Financeiras individuais e encontram-se apresentadas em moeda corrente nacional – denominada de Real, tendo sido autorizado sua elaboração pelo presidente da cooperativa em 12/02/2019.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Regime de Escrituração

A cooperativa adota o regime de competência para registro de suas operações. A aplicação desse regime implica no reconhecimento das receitas, custos e despesas quando ganhas ou incorridas, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento, considerando também que as mensalidades dos planos foram reconhecidas na forma de pró-rata dia.

b) Ativos e Passivos Contingentes

Ativos contingentes: são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

Passivos contingentes: são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, distinguindo-se de passivos originados de obrigações legais, e é provável que uma saída de benefícios econômicos seja requerida para liquidar uma obrigação. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

Depósitos judiciais: os depósitos judiciais são mantidos no ativo sem a dedução das correspondentes provisões para contingências, em razão do plano contábil da ANS não contemplar essa reclassificação.

Obrigações legais: são registradas como exigíveis independentes da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Operadora questionou a inconstitucionalidade e a legalidade de tributos e obrigações definidas em contrato.

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, à similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

c) Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde

São registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, em contrapartida à conta de resultado de contraprestações efetivas de operações de assistência à saúde para os Planos Médico-Hospitalares contabilizadas na forma de pró-rata dia nos termos da RN 206/09 da ANS e conta de resultado "Receitas Operacionais de Assistência à Saúde não Relacionada com Planos de Saúde da Operadora" no que se refere aos serviços médicos e hospitalares prestados a particulares e as outras Operadoras de Planos Médico-Hospitalares.

d) Provisão para Perdas sobre Créditos

Com base nas normas da ANS e em conformidade com a RN 418/16, foram calculadas provisões para perdas sobre créditos de planos familiares, considerando a totalidade do crédito por contrato, nos casos de uma parcela vencida há mais de 60 dias de planos familiares, e há mais de 90 dias nos demais planos e sobre outros créditos não relacionados com planos.

e) Estoques de Materiais e Almoxarifado

Os estoques foram avaliados pelo custo médio ponderado até a data do balanço.

f) Despesas Antecipadas

As despesas e dispêndios antecipados foram registrados no Ativo Circulante e Não Circulante, sendo apropriadas mensalmente, pelo regime de competência.

g) Investimentos

h) Os investimentos em outras sociedades foram avaliados pelo custo de aquisição por não se tratar de investimentos em empresas coligadas ou controladas.

i) Depreciação

A depreciação do imobilizado foi calculada pelo método linear sobre o valor contábil dos bens com base nas taxas admitidas pela Receita Federal do Brasil, em relação ao conjunto de bens móveis e utensílios e equipamentos de informática antigos. Para os demais bens foram utilizadas as taxas com base na estimativa de vida útil e valor residual recuperável, conforme previsto na NBC TG 27, aprovada pela Resolução do CFC 1.177/09.

j) Ativo Intangível

No ativo intangível estão classificados os direitos de uso de sistemas corporativos, contabilizados pelo custo de aquisição e amortizáveis a taxa de 20% a. a.

l) Provisões Técnicas de Obrigações de Assistência à Saúde

As provisões técnicas foram calculadas até a data do fechamento do balanço de conformidade com a RN 393/15 da ANS.

m) Eventos a Liquidar com Operações de Assistência à Saúde

Foram registrados com base na data do conhecimento das faturas e notas fiscais dos prestadores de serviços efetivamente recebidas até 31/12/2018, em contrapartida às contas de resultado de eventos indenizáveis líquidos, de conformidade com a RN 393/15 da ANS.

n) Imposto de Renda e Contribuição Social

São calculados com base nos critérios estabelecidos pela legislação vigente, levando-se a tributação os valores provenientes de atos cooperativos auxiliares e não cooperativos, conforme mencionado na nota explicativa de número 23.

o) Direitos e Obrigações

Os direitos e obrigações são apresentados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos auferidos ou incorridos.

p) Provisões

As provisões constituídas foram baseadas no conceito estabelecido na NBC TG25, aprovada pela resolução 1.180/09 e alterações da resolução 1.329/09 do Conselho Federal de Contabilidade, que define provisão como sendo um passivo de prazo ou de valor incertos e também que passivo é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos financeiros da entidade capazes de gerar benefícios econômicos.

q) Férias a Pagar

Os direitos adquiridos relativos a férias e seus encargos sociais foram provisionados entre as obrigações sociais e trabalhistas em conformidade a legislação trabalhistas.

r) Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social - FATES

Os gastos com assistência técnica, educacional e social realizados no exercício, foram registrados como custos e dispêndios do exercício, sendo ao final do exercício revertidos da reserva de assistência técnica, educacional e social para a conta Sobras ou Perdas do exercício, de acordo com a NBC T 10.21 do Conselho Federal de Contabilidade.

s) Valor Recuperável dos Ativos

Em consonância com a NBC TG 01 do Conselho Federal de Contabilidade, a cooperativa realizou trabalho para identificação de possíveis ativos não recuperáveis e não foi identificada qualquer situação que requeresse ajuste.

t) Mudanças de Práticas Contábeis

A **Unimed Planalto Médio**, conforme requerido pela RN 430/17, adotou a nova forma de contabilização das operações de compartilhamento da gestão de riscos envolvendo operadoras de planos de assistência à saúde. Os valores referentes ao exercício de 2018 foram contabilizados conforme relatórios extraídos das movimentações dos arquivos gerados no sistema operacional da operadora. Estes relatórios possibilitaram a identificação da ocorrência de operações típicas de compartilhamento de risco na forma de intercâmbio habitual em pós-pagamento entre as Unimed Origem e Executora, conforme regras previstas no Manual de Intercâmbio Nacional, aprovadas pelo Fórum Unimed. As contabilizações ocorreram como a seguir:

Unimed Planalto Médio como Prestadora:

Conforme requerido pela RN 430/17, quando ocorre o atendimento pela **Unimed Planalto Médio**, de beneficiários de outra Operadora, os custos realizados pelo recurso próprio ou pela rede credenciada são registrados como “Eventos Indenizáveis” – Grupo 4111 do Plano de Contas da ANS. Também, conforme RN 430/17, as faturas emitidas são contabilizadas como “Contraprestações Emitidas de Assistência à Saúde” – Conta Contábil 311112 do Plano de Contas da ANS.

Unimed Planalto Médio como Origem:

Os custos dos procedimentos realizados por beneficiários da **Unimed Planalto Médio** em outras Operadoras, de forma habitual, conforme requerido pela RN 430/17, passaram a ser contabilizados, na conta redutora da receita “Contraprestações Emitidas de Assistência à Saúde” – Conta Contábil 3117 do Plano de Contas da ANS.

Adoção da RN 430/2017 – Prestadora

Os registros contábeis do compartilhamento de risco assumido de acordo com a definição da RN nº 430/17, no exercício de 2018, foram contabilizados mês a mês. Este reconhecimento da corresponsabilidade, na sua totalidade, foi pelo regime de preço pós-estabelecido, portanto com registro a partir das contas 411112 e 311112, conforme normativa vigente.

Adoção da RN 430/2017 – Origem

O registro contábil efetivado de acordo com o que estabelece os artigos nºs 16, 17 e 18, mesmo que intempestivos ocorreram no exercício de 2018, para atender o disposto a RN nº 430/17, que dispõe sobre as operações de compartilhamento da gestão de riscos envolvendo operadoras de planos de assistência à saúde. Os registros contábeis do compartilhamento da gestão de riscos cedido (transferido) de acordo com a definição da RN nº 430/17, no ano de 2018, foram efetivados durante o exercício de 2018. Este reconhecimento da corresponsabilidade transferida, foram aplicados aos contratos de preço preestabelecido e nos contratos de preço pós-estabelecido, executado em regime de preço pós-estabelecido, portanto com registro nas contas do grupo 3117. Para conciliação dos livros auxiliares deverá ser levado em consideração o controle complementar da movimentação do compartilhamento de risco que se encontra, na sua totalidade nos livros auxiliares, dentro do movimento de intercâmbio eventual.

Movimentação da RN 430/2017

Os registros contábeis do compartilhamento de risco onde a prestação do atendimento assistencial entre operadoras ocorreu na modalidade de Pós Pagamento de acordo com a definição no item 6.2.2 ao anexo da RN nº 430/17, no ano de 2018, foram dentro do referido exercício contábil. Este reconhecimento da corresponsabilidade, na sua totalidade mesmo que intempestivos ocorreram no exercício de 2018 para atender o normativo vigente, conforme quadros demonstrativos da escrituração contábil dos lançamentos:

Como Prestadora:

Períodos/Contas	Eventos - ACP	Eventos ACA	Contraprestação ACP	Contraprestação ACA	Taxa ACP	Taxa ACA
	4111121411101	4111121412101	3111120461001	3111120462001	3116120111101	3116120112101
jan/18	2.076.156,24	4.735.251,19	2.076.156,24	4.735.251,19	103.810,26	236.763,09
fev/18	2.164.054,77	5.363.087,68	2.164.054,77	5.363.087,68	108.208,03	268.154,84
mar/18	1.650.103,68	5.136.636,73	1.650.103,68	5.136.636,73	82.508,73	256.831,68
abr/18	1.658.814,52	5.029.473,65	1.658.814,52	5.029.473,65	82.945,07	251.473,88
mai/18	1.729.007,95	5.451.841,91	1.729.007,95	5.451.841,91	86.453,93	272.592,74
jun/18	1.303.716,78	5.291.597,59	1.303.716,78	5.291.597,59	65.189,42	264.580,60
jul/18	2.186.376,77	4.999.607,03	2.186.376,77	4.999.607,03	109.321,07	249.981,35
ago/18	2.181.093,04	5.439.396,52	2.181.093,04	5.439.396,52	109.057,90	271.970,46
set/18	1.988.587,10	6.046.846,08	1.988.587,10	6.046.846,08	99.431,90	302.341,66
out/18	1.775.505,61	5.298.576,75	1.775.505,61	5.298.576,75	88.777,18	264.929,44
nov/18	1.806.655,50	6.070.238,47	1.806.655,50	6.070.238,47	90.334,96	303.512,94
dez/18	2.655.767,10	5.891.734,73	2.655.767,10	5.891.734,73	132.790,03	294.587,68
TOTAL	23.175.839,06	64.754.288,33	23.175.839,06	64.754.288,33	1.158.828,48	3.237.720,36

Como Origem:

Períodos/Contas	PLANOS INDIVIDUAL/FAMILIAR			PLANOS COLETIVOS EMPRESARIAL		
	Eventos	(-) Glosas	Coparticipações	Eventos	(-) Glosas	Coparticipações
	3117112112101	3117112112102	3117112112103	3117112116101	3117112116102	3117112116103
jan/18	388.090,04	610,10	-	1.419.858,48	823,03	-
fev/18	241.778,50	1.627,05	6.514,45	1.280.923,19	5.714,56	24.994,84
mar/18	255.339,70	1.820,94	10.610,76	1.164.049,05	12.181,42	40.760,14
abr/18	274.829,38	1.933,13	7.030,73	1.510.631,44	11.535,58	74.218,19
mai/18	282.057,12	225,54	16.587,45	1.256.022,04	277,34	131.298,66
jun/18	275.931,15	19,03	15.917,54	1.450.687,74	225,98	170.169,61
jul/18	304.751,36	-	13.946,03	1.724.843,30	365,72	134.728,82
ago/18	289.120,46	-	15.968,26	1.639.329,08	424,68	131.405,19
set/18	223.775,54	39,04	7.477,30	1.124.723,01	6.063,88	107.744,62
out/18	264.205,01	3,46	9.763,70	1.921.061,44	6.009,62	135.250,49
nov/18	294.064,82	-	10.889,58	1.515.237,72	5.034,18	124.583,24
dez/18	250.264,91	-	5.229,98	1.508.301,58	7.643,95	78.786,13
TOTAL	3.344.207,98	6.278,29	119.935,78	17.515.668,07	56.299,94	1.153.939,93

u) Reconhecimento de Receitas

As Contraprestações Efetivas são apropriadas à receita considerando-se o período de cobertura do risco, quando se tratarem de contratos com preços preestabelecidos. Nos contratos com preços pós-estabelecidos e nas operações de prestação de serviços de assistência à saúde, a apropriação da receita é registrada na data em que se fizerem presentes os fatos geradores da receita, de acordo com as disposições contratuais, ou seja, a data em que ocorrer o efetivo direito ao valor a ser faturado, nos termos da NBC TG 30, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e de conformidade com o que estabelece a RN 418/16, da ANS.

v) Reconhecimento dos eventos indenizáveis

Os eventos indenizáveis são constituídos com base no valor das faturas apresentadas pela rede credenciada e cooperados e na identificação da ocorrência da despesa médica pela comunicação do prestador de serviço, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas. Como parte destas faturas não são apresentadas dentro do período da sua competência, ou seja, há eventos realizados nestes prestadores e cooperados que não são cobrados ou avisados na totalidade à Operadora ao final de cada mês, os eventos ocorridos e não avisados são registrados mediante constituição de PEONA – Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados.

w) Informação por segmento

Em função da concentração de suas atividades na área de planos de saúde, a cooperativa está organizada em uma única unidade de negócio, sendo que as operações não são controladas e gerenciadas pela administração como segmentos independentes, sendo os resultados da cooperativa acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

x) Normas internacionais de contabilidade

A cooperativa vem adotando as Normas Internacionais de Contabilidade aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, com exceção da CPC 11 de seguros e da ICPC-10 do Imobilizado do qual não foram aprovadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, portanto não adotadas pelas operadoras de planos de saúde.

DETALHAMENTO DE SALDOS E OUTRAS INFORMAÇÕES

4) DISPONÍVEL

a) Caixa, Valores em Trânsito e Bancos

A Cooperativa possui registrada nas contas de Caixa e Bancos, conforme quadro abaixo:

RUBRICAS	2018	%	2017
Caixa	7.700,00	0,24%	7.700,00
Valores em Transito	112.228,79	3,43%	71.548,22
Banco do Brasil	19.962,68	0,61%	369.797,18
Crediplan	2.726.799,23	83,45%	3.005.708,41
Banrisul S/A	9.829,29	0,30%	67.580,71
Caixa Econômica Federal	43.373,08	1,33%	61.674,96
Sicredi Planalto Médio	301.901,36	9,24%	262.532,74
Unicred	33.182,54	1,02%	82.871,65
Santander	12.436,07	0,38%	28.983,69
Bradesco	1,00	0,00%	1,00
Total	3.267.414,04	100%	3.958.398,76

5) APLICAÇÕES GARANTIDORAS E APLICAÇÕES LIVRES

Representam títulos de renda fixa, remunerados com base no Certificado de Depósito Interbancário – CDI. A Unimed dividiu o valor de suas aplicações entre as seguintes instituições financeiras do mercado:

a) Aplicações garantidoras, conforme quadro abaixo:

RUBRICAS	2018	%	2017
Banco Santander	3.435.726,66	23,67%	3.268.786,91
Caixa Econômica Federal	4.374.246,84	30,14%	4.161.131,69
Sicredi Planalto Médio	3.186.423,98	21,96%	3.021.736,68
Banco do Brasil	3.516.070,01	24,23%	3.345.234,30
Total	14.512.467,49	100%	13.796.889,58

b) Aplicações livres estão distribuídas conforme o quadro abaixo:

RUBRICAS	2018	%	2017
Crediplan	19.272.468,97	71,69%	18.317.038,86
Sicredi	1.047.706,05	3,90%	849.389,38
Unicred	6.531.008,62	24,29%	1.029.647,41
Bradesco	32.780,09	0,12%	1.350,55
Total	26.883.963,73	100%	20.197.426,2

6) CRÉDITOS DE OPERAÇÕES RELACIONADOS COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

A composição dos “Créditos de Operações de Assistência à Saúde” está representada pelas contas demonstradas a seguir:

Créditos de Operações com Assistência à Saúde	2018	2017
Contraprestações pecuniárias a receber (a)	7.760.579,17	7.195.718,04
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (b)	(408.503,18)	(480.533,34)
Participação Beneficiários em Eventos Inden. Médico Hospitalares (c)	1.078.509,62	985.496,45
TOTAL CREDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSIST.	8.430.585,61	7.700.681,15
Crédito de Operações de Assist. à Saúde Não Relac. c/ Plano		
Contas a Receber Prestação Serviços Méd. Hospitalares (d)	427.620,80	351.344,54
Intercambio a Receber Atendimento Eventual (e)	13.364.216,38	10.528.467,34
Outros Créditos de Operacionais de Prest. Serv.Médicos Hospitalares (f)	9.700.803,89	9.716.323,13

Provisão para créditos de liquidação duvidosa (g)	(382.205,27)	(160.813,85)
TOTAL CREDITOS OPERAÇÕES DE ASSIST.SAUDE NÃO RELAC.	23.110.435,80	20.435.321,16
SOMA GERAL	31.541.021,41	28.136.002,31

(a) O saldo da conta "Contraprestação pecuniária a receber" refere-se a valores a receber de créditos com planos de saúde da Cooperativa de planos familiares e empresariais.

(b) O saldo da conta "Provisão para créditos de liquidação duvidosa" refere-se aos valores calculados de acordo com a RN 418/16 da ANS. Considerando a totalidade do crédito por contrato no caso de existir títulos vencidos a mais de 60 dias de planos familiares e mais de 90 dias dos planos empresariais.

(c) O saldo da conta "Participação Beneficiários de Eventos Indenizáveis Médico Hospitalares" refere-se a valores a receber de coparticipação de beneficiários de planos individuais e familiares.

(d) O saldo de "Contas a Receber Prestação Serviços Méd. Hospitalares" refere-se a valores a receber de créditos não relacionados com planos de saúde da operadora, valores referentes a atendimentos de prestação de serviços.

(e) O saldo de "Intercâmbio a Receber Atendimento Eventual" refere-se a valores a receber de outras operadoras pelos atendimentos realizados a seus beneficiários fora de sua área de ação e taxa de administração.

(f) O saldo de "Outros Créditos de Operações com Prestação de Serviços Médicos Hospitalares" refere-se a créditos a receber referente a prestação de serviços e custos a faturar.

(g) O saldo da conta "Provisão para créditos de liquidação duvidosa" refere-se aos valores calculados de acordo com RN 418/16 da ANS.

31/12/2018	DISTRIBUIÇÃO DOS SALDOS DE CONTAS A RECEBER				
Vencimento Financeiro	Créditos de Operações com Planos de Saúde (123)				Outros Créditos Não Relacionados com Planos (124)
	Contraprestações Pecuniárias		Participação dos Beneficiários em Eventos	TOTAL	
	Mensalidades/Faturas a Receber				
	Planos Familiares Pré-estabelecido	Planos Coletivos Pré-estabelecido			
A Vencer	2.624.417,83	4.023.706,81	840.123,23	7.488.247,87	13.155.990,25
Vencidos Até 30 dias	277.762,35	214.108,20	150.163,16	642.033,71	333.654,42
Vencidos de 31 a 60 dias	142.717,00	52.855,29	40.175,95	235.748,24	94.565,34
Vencidos de 61 a 90 dias	59.606,80	72.259,93	17.230,17	149.187,00	235.498,23
Vencidos acima de 90 dias	184.807,92	108.337,04	30.726,67	323.871,63	46.707,04
Sub-Total					

(-) PPSC	(199.249,48)	(209.253,70)	0,00	(408.503,18)	(382.205,57)
Saldo	3.090.062,42	4.262.013,57	1.078.419,18	8.430.585,27	13.484.209,71

7) CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

RUBRICAS	2018	2017
Créditos Tributários (a)	1.254.750,16	282.089,29
Total	1.254.750,16	282.089,29

(a) Valores gerados com a retenção na fonte IRRF, saldo negativo de IRPJ e CSLL e créditos de PIS e COFINS.

8) BENS E TÍTULOS A RECEBER

RUBRICAS	2018	2017
Estoques (a)	407.631,00	317.295,19
Títulos a receber (b)	212.760,80	433.662,14
(-) Provisão para perdas sobre créditos (c)	(327.234,30)	(172.111,55)
Outros bens e títulos a receber (d)	162.605,39	147.711,74
Total de Valores e Bens	782.997,19	726.557,52

(a) Esta conta é representada pelos estoques de materiais e medicamentos de consumo nos meios próprios e almoxarifado.

(b) Esta conta é representada pelos títulos a receber de notas promissórias, cheques pré-datados, devolvidos, protestados, títulos em cobrança jurídica, assessoria de cobrança ou oriundos de negociações com clientes.

(c) Esta conta é representada por provisão para perdas sobre as notas promissórias, cheques devolvidos, protestados e em cobrança jurídica e de assessoria a receber, de conformidade com a RN 418/16 da ANS.

(d) Esta conta é representada por adiantamento a funcionários de férias e 13º salário, bem como para viagens, adiantamento para fornecedores, e outros créditos acordados.

9) DESPESAS ANTECIPADAS E CONTA CORRENTE COM COOPERADOS

As despesas antecipadas e conta corrente com cooperados apresentam os seguintes saldos:

RUBRICAS	2018	2017
Despesas Administrativas (a)	146.698,40	19.308,00
Despesas Patrimoniais (b)	5.427,81	4.721,63
Conta Corrente com Cooperados (c)	461.825,30	525.310,42
Total	613.951,51	549.340,05

(a) Valores referentes a despesas administrativas antecipadas, compostos por vale transporte, ticket alimentação, uniformes, seguro do sistema computação, IPTU e IPVA a serem apropriados pelo regime de competência.

(b) Valores referentes a despesas patrimoniais antecipadas, composta por seguro dos bens imóveis e veículos a serem apropriadas pelo regime de competência.

(c) Valor referente ao saldo a receber de cooperados, de negociações de títulos, sede campestre e outros créditos a receber.

10) REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

RUBRICAS	2018	2017
Outros Valores e bens	21.717,07	48.609,08
Total Valores e bens	21.717,07	48.609,08
Depósitos Fiscais – Eventos	335.417,71	326.026,96
Depósito Judicial Tributos – PIS	1.355.240,06	1.224.699,29
Depósitos Judiciais Trabalhistas	19.026,32	198.152,46
Depósitos Judiciais cíveis	0,00	0,00
Total dos Depósitos Judiciais (a)	1.709.684,09	1.748.878,71
Outros Créditos a Receber a Longo Prazo Cooperados (b)	82.126,03	63.905,43
Total dos Outros Créditos	82.126,03	63.905,43
Total Geral	1.791.810,12	1.861.393,22

(a) Os depósitos judiciais representam os valores originalmente depositados, os quais há processos vinculados para a discussão.

(b) Os outros créditos a receber estão representados pelas rubricas do Fundo de Assistência ao Médico Cooperado (FACO).

11) INVESTIMENTOS

Refere-se a valores de cotas partes que a Unimed Planalto Médio possui junto a outras sociedades.

RUBRICAS	2018	2017
Unimed Federação RS	256.501,40	256.501,40
Central Nacional Unimed	336.735,80	305.567,88
Unimed Participações	658.633,19	496.488,59
Unimed Central Serviços Auxiliares	55.790,56	55.790,56
Crediplan	445.460,21	312.128,85
Sicredi	117.340,32	89.408,39
Brasil Telecon	10.797,10	10.797,18
Unicred VTRPP	40.226,89	23.349,80
Total de Participações	1.921.485,55	1.550.032,65

12) IMOBILIZADO

a) Quadro resumo da composição do Imobilizado:

RUBRICAS	2018				2017
	Custo Corrigido	Estorno/ Ajustes	Depreciação Acumulada	Residual	Residual
Terrenos Sede	154.443,23		-	159.443,23	159.443,23
Edificação Sala Administração	559.238,07		(246.648,26)	312.589,81	312.589,81
Edificação Nova Sede Administrativa	12.071.134,12		(1.206.909,17)	10.864.224,95	11.065.376,46
Instalações	154.556,38		(102.614,78)	51.941,60	51.941,60
Maquinas e Equipamentos	1.102.947,81		(499.790,36)	603.157,45	592.988,63
Maquinas e Equipamentos Nova Sede	1.050.684,82		(380.273,88)	670.408,96	700.576,56
Equipamentos de Informática Hardware	1.303.665,06		(719.893,42)	583.771,64	271.989,64
Moveis e Utensílios Não Hospitalares	904.268,07		(452.926,25)	451.341,82	349.269,11
Veículos	671.588,34		(270.269,03)	401.319,31	266.119,68
Outras Imobilizações	995.638,52		(919.544,28)	76.094,24	886.578,59
Total do Imobilizado	18.968.164,42		(4.798.869,43)	14.174.293,01	14.656.873,61

b) Quadro resumo de movimentações do Imobilizado

RUBRICAS	2018					2017
	Aquisições	Baixas	Estorno / Ajuste Avaliação	Depreciação	Residual	Residual
Terrenos Sede	0,00	0,00	0,00	0,00	159.443,23	159.443,23
Edificação Sala Administração	0,00	0,00	0,00	0,00	312.589,81	312.589,81
Edificação Sede Administrativa	0,00	0,00	0,00	(201.151,51)	10.864.224,95	11.065.376,46
Instalações	0,00	0,00	0,00	0,00	51.941,60	51.941,60
Maquinas e Equipamentos	64.151,70	0,00	30.374,46	(84.357,34)	603.157,45	592.988,63
Maquinas e Equipamentos Sede	0,00	0,00	33.211,38	(63.378,98)	670.408,96	700.576,56
Equipamentos Proc. Hardware	321.948,96	0,00	85.914,34	(96.081,30)	583.771,64	271.989,64
Moveis e Utensílios Não Hosp.	9.970,84	0,00	141.023,65	(48.921,78)	451.341,82	349.269,11
Veículos	0,00	0,00	164.708,85	(29.509,22)	401.319,31	266.119,68
Outras Imobilizações	12.748,43	0,00	(602.983,51)	(220.249,27)	76.094,24	886.578,59
Total do Imobilizado	408.819,93	0,00	(147.750,83)	(743.649,40)	14.174.293,01	14.656.873,61

13) INTANGÍVEL

a) Quadro resumo da composição do Intangível

RUBRICAS	Taxas de Amortização	2018			2017
	20%	Custo Corrigido	Amortização Acumulada	Residual	Residual
Softwares		573.928,03	(362.164,47)	211.763,56	0,00
Total do Intangível		573.928,03	(362.164,47)	211.763,56	0,00

b) Quadro resumo de movimentações do Intangível

RUBRICAS	2018				2017
	Aquisições	Estorno/Ajuste	Amortização	Residual	Residual
Softwares	127.801,74	136.902,71	(52.940,89)	211.763,56	0,00
Total do Intangível	127.801,74	136.902,71	(52.940,89)	211.763,56	0,00

14) PROVISÕES TÉCNICAS E GARANTIAS FINANCEIRAS – RESOLUÇÃO ANS -RN 393/15, RN 392/15 e RN 227/10

As Provisões Técnicas têm fundamentos atuariais e visam assegurar à Operadora de Planos de Saúde - OPS o devido registro dos compromissos futuros existentes na data de fechamento dos demonstrativos do exercício social. Estes compromissos decorrem de dois (2) tipos básicos: a) de Riscos; e b) de Eventos. Estas provisões estão reguladas pela RN nº 393/2015 e suas atualizações.

A análise e respectivos cálculos foram conduzidos de acordo com as boas práticas atuariais, por meio de revisão, análise e testes de consistências, bem como com observância a regulamentação vigente, determinada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

As provisões de Eventos têm um maior rigor, inclusive segundo o perfil e porte da Operadora, cujas especificações são:

1 - A Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados – PEONA tem como objetivo estimar o montante dos Eventos já ocorridos, porém ainda Não informados (avisados) administrativamente, independente do motivo. A operadora não possui Nota Técnica Atuarial da Provisão de Eventos Ocorridos e não Avisados. Para constituição desta provisão, deve ser observado o maior entre os seguintes valores:

I – 8,5% (oito vírgulas cinco por cento) do total de contraprestações/prêmios nos últimos 12 (doze) meses, na modalidade de preço preestabelecido; e

II – 10% (dez por cento) do total de eventos indenizáveis na modalidade de preço preestabelecido, nos últimos 12 (doze) meses.

Pelo critério II, valor (montante) líquido e retido da PEONA na data-base de 31/12/2018 R\$ 7.935.950,55.

2 - A Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar - PESL: corresponde aos eventos indenizáveis líquidos já ocorridos e avisados, mas ainda não indenizados aos prestadores. É facultativo, para esta Provisão, a vinculação dos ativos garantidores para a parcela referente aos eventos/sinistros que tenham sido avisados nos últimos 60 (sessenta) dias, por ser uma Operadora com menos de 100.000 (cem mil) beneficiários. O valor total da provisão é de R\$ 6.757.665,24, sendo deste montante, R\$ 1.211.354,83 relativo às contas com mais de 60 dias decorridos desde a data do respectivo aviso.

3- Provisão de prêmio/contraprestação não ganha (PPCNG) A provisão de prêmio/contraprestação não ganha (PPCNG), regulamentada pela RN nº 393/2015 da ANS, compreende a apropriação das contraprestações e dos prêmios em preço preestabelecido pelo valor correspondente ao rateio diário — pro rata die — do período de cobertura individual de cada contrato, a partir do primeiro dia de cobertura. O cálculo da PPCNG deve apurar a parcela de prêmios não ganhos relativo ao período de cobertura do risco. O valor líquido da PPCNG na data-base de 31/12/2018 é de R\$ 7.431.253,25.

4 – A Provisão de Remissão – PREM: tem por objetivo registrar a estimativa dos custos assistenciais mensais futuros, segundo o prazo remanescente de cobertura a decorrer, para cada Beneficiário-Dependente do respectivo Beneficiário titular falecido, conforme as características do Plano vigente. O somatório dos custos estimados atinge o montante de R\$ 304.919,46, sendo a parcela de R\$ 163.794,90 classificada no Passivo Não Circulante (longo prazo).

ATIVOS GARANTIDORES

Os Ativos Garantidores são disponibilidades, títulos, valores mobiliários e/ou imóveis registrados no ativo (balanço patrimonial) da Operadora, com o objetivo de lastrear o total das provisões técnicas, ou seja, todas as Operadoras deverão ter ativos garantidores para lastrear as provisões técnicas exigidas.

Nos termos da RN nº 392/2015 e suas atualizações, a Operadora constituiu garantias financeiras em aplicações garantidoras no montante de **R\$ 14.512.467,49** na data do encerramento do balanço, sendo todo montante classificado como Ativo Garantidor Vinculado.

A Operadora tem registrado como depósitos judiciais referentes a eventos/sinistros o montante de R\$ 335.417,71 que, de acordo com a RN nº 392/2015 e suas atualizações, pode ser deduzido da necessidade de ativos garantidores.

A Operadora ainda tem como índice de adimplência ao SUS o percentual de 75,52% que concede a Operadora a possibilidade de deduzir R\$ 431.388,29, da necessidade de ativos garantidores.

f) Margem de Solvência:

A Margem de Solvência representa a capacidade técnica e financeira líquida da Operadora, segundo o volume de riscos assumidos e retidos. Consiste no patrimônio necessário para fazer frente às oscilações nos custos assistenciais dos negócios assumidos. Ela corresponde à suficiência do Patrimônio Líquido Ajustado por efeitos econômicos, na forma da regulamentação vigente.

Os prazos para adequação da margem de solvência foram redefinidos pela RN nº 313/2012, chegando aos 100% em dez/2022. Neste encerramento de exercício, o parâmetro mínimo normativo é de 70,52% do valor da margem de solvência calculada em 31/12/2018. A Margem de Solvência calculada atende os critérios estabelecidos pela ANS perfazendo o montante de **R\$ 26.689.715,67**, que frente ao Patrimônio Líquido Ajustado de **R\$ 46.076.794,70**, corresponde 172,64% estando plenamente suficiente, em relação ao exigido.

Diante do exposto, constata-se que Operadora Unimed Planalto Médio atende aos requisitos técnicos e normativos relativos ao seu equilíbrio atuarial, que indica a capacidade de honrar seus compromissos atuais e futuros.

15) PROVISÕES TÉCNICAS

Referem-se parcela de prêmios ou contribuições não ganhas, relativa ao período de cobertura do risco para registrar a receita de prêmio ou contraprestação ganha, de acordo com o regime de competência contábil, e provisão de remissão referente a beneficiários com direito a isenção da mensalidade do plano de saúde em caso de óbito do titular.

RUBRICAS	2018	2017
Provisões Contraprestações não ganha	7.431.253,25	6.127.139,79
Provisão de Remissão	304.919,46	267.148,90
TOTAL	7.736.172,71	6.394.288,69

16) EVENTOS A LIQUIDAR DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

- a) Eventos a Liquidar de Operações de Assistência à Saúde e Débitos de Operações de Assistência à Saúde, se referem a valores a pagar aos prestadores de serviços credenciados e em outras operadoras do sistema Unimed.

RUBRICAS	31/12/2018	31/12/2017
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para o SUS	885.327,87	799.747,90
Rede Contratado-Credenciada	3.658.919,61	3.506.819,16
Cooperados	1.028.030,50	1.890.881,16
Intercâmbio Eventual	859.360,30	359.528,15
Total	6.431.638,28	6.556.975,41

17) DÉBITOS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE NÃO RELACIONADO COM PLANOS

Corresponde às operações referente a atendimento dos beneficiários em transações de operações de assistência à saúde médico-hospitalar não relacionada com plano de saúde da operadora em conformidade com a RN 418/16

RUBRICAS	2018	2017
Cooperados - Prestação de Serviços	-	119.867,61
Credenciados - Prestação de Serviços	-	7.186,57
Cooperados - Intercâmbio	2.233.127,77	2.265.130,30
Credenciados – Intercâmbio	7.393.098,02	7.386.464,40
Soma	9.626.225,79	9.778.648,88

18) TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

Segue quadro resumo de saldos:

RUBRICAS	2018	2017
Tributos e Contribuições (a)	338.435,43	435.979,24
Retenções de Impostos e Contribuições (b)	1.397.583,89	1.044.119,50
TOTAL	1.736.019,32	1.480.098,74

- a) Valores a recolher referente a Tributos e Contribuições (IRPJ e CSLL) incidentes sobre o resultado, COFINS sobre faturamento dos Atos Auxiliares e PIS sobre faturamento, ISSQN sobre faturamento, INSS, FGTS e PIS sobre folha de funcionários e INSS sobre contribuição individual dos cooperados.
- b) Valores a recolher de Retenção de Impostos e Contribuições relativos à retenção na fonte de IRRF sobre folha de funcionários, IRRF de terceiros (cooperados, prestadores, fornecedores, autônomos) retenções de COFINS/PIS/CSLL – Lei 10.833 e INSS cessão de mão-de-obra.

19) DEBITOS DIVERSOS E CONTA CORRENTE COOPERADOS

RUBRICAS	2018	2017
Salários a pagar (a)	184.041,74	185.671,65
Provisão de Férias e Encargos Sociais (b)	846.251,76	815.987,50
Fornecedores (c)	1.027.376,38	547.159,90
Outros Débitos a pagar (d)	147.503,30	62.702,19
FAC Unimed Central RS (e)	66.844,44	112.692,26
Conta Corrente com cooperados (f)	73.443,57	91.040,54
TOTAL	2.345.461,19	1.815.254,04

- a) Se refere ao valor a pagar de salários dos colaboradores do mês de dezembro/18.

- b) Nesta conta estão reconhecidos os valores de provisão de férias e encargos sociais dos colaboradores.
- c) Nesta conta estão reconhecidos os valores a pagar de fornecedores de bens, serviços referentes a compras parceladas.
- d) Outro débito a pagar refere-se adiantamentos de usuários, documentos bancários a regularizar, cheques a compensar, IPTU a pagar, Associação dos Funcionários a pagar e outros débitos.
- e) Refere-se a valores de contas encaminhadas para o Fundo de Alto Custo da Central RS, pendentes de recebimento.
- f) Conta corrente com cooperados é composta por valores de capital social a devolver de cooperados excluídos.

20) PROVISÕES PARA AÇÕES JUDICIAIS E DEBITOS DIVERSOS

RUBRICAS	2018	2017
Provisões para ações tributárias (c)	5.083.703,26	5.365.728,17
Provisões para contingências cíveis (d)	4.219.976,24	3.528.964,82
Provisões para contingências trabalhistas (e)	710.967,83	893.500,00
Outros débitos (f)	3.701.807,58	3.092.127,23
Total Passivo Não Circulante	13.716.454,91	12.880.320,22

Quadro das movimentações das Contingências:

RUBRICAS	Saldo em 2017	Adições		Baixas		Saldo em 2018
		Provisões	Despesas financeiras	Por pagamento	Por reversão	
Provisões ações tributárias	5.365.728,17	-	-	-	(282.024,91)	5.083.703,26
Provisão para contingência cível	3.528.964,82	691.011,42	-	-	-	4.219.976,24
Provisão para contingência trabalhista	893.500,00	15.620,29	-	(194.152,46)	-	710.967,83
Soma	9.788.192,99	706.631,71	-	(194.152,46)	(282.024,91)	10.014.647,33

a) Contingências Tributárias

c.1) PIS

Os valores do PIS Faturamento referente ao período de janeiro/97 a setembro/99 foram depositados judicialmente a alíquota de 0,65% sobre as mensalidades das receitas de planos de saúde dos Atos Cooperativos Auxiliares a partir desta data até outubro/2001, recolhidos através de DARFs.

A partir do mês de novembro/2001 o PIS referente às Receitas do Ato Cooperativo Principal do Plano de Saúde, e de Outras Receitas Operacionais, calculado somente sobre o Ato Principal passou a ser recolhido através de depósito judicial, em uma ação em conjunto com a Unimed Erechim e outras Unimed's do Estado do Rio Grande do Sul, sob o processo de número 2001.71.001541-52, pois não há conformidade com a legislação em vigor, no que se refere à base de cálculo para os atos cooperativos, o valor depositado judicialmente é de R\$ 1.355.240,06 (Um milhão trezentos e cinquenta e cinco mil duzentos e quarenta reais e seis centavos).

c.2) Imposto Sobre Serviços

O valor de R\$ 2.876.846,59 (dois milhões oitocentos e setenta e seis mil oitocentos e quarentas e seis reais e cinquenta e nove centavos) refere-se ao ISS apurado com base nas Receitas do Ato Cooperativo Auxiliar e sobre demais Receitas Operacionais, no qual foi provisionado contabilmente, devido ao fato da Prefeitura Municipal não ter definida em sua legislação qual a base para as sociedades cooperativas de serviços de saúde.

b) Contingências Cíveis e Trabalhistas

Referem-se a ações judiciais envolvendo basicamente, questões relativas a descumprimentos contratuais dos planos de saúde, de acordo com o relatório emitido pela assessoria jurídica, tramitam aproximadamente 139 processos movidos por usuários, discutindo cláusulas contratuais e direitos de coberturas não contemplados em seus planos. Foi realizada a provisão para fazer frente a estas contingências, a qual está registrada no Passível Exigível a Longo Prazo, no valor de R\$ 4.219.976,24 (quatro milhões duzentos e dezenove mil novecentos e setenta e seis reais e vinte e quatro centavos) e de acordo com o prognóstico as de causas prováveis e possíveis foram provisionados na sua totalidade do seu prognóstico em 31/12/2018. Ainda pela impossibilidade de prognóstico dos processos trabalhistas foi considerado como perda provável e possível do montante total das causas trabalhistas, sendo constituído como provisão o valor de R\$ 710.967,83 (oitocentos e noventa e três mil e quinhentos reais) registrada em 31/12/2018.

Área	Probabilidade de perda	Valor estimado
Civil	Provável	2.266.958,95
Civil	Possível	1.844.017,29
Trabalhista	Provável	510.000,00
Trabalhista	Possível	200.967,83

c) Outros débitos

Refere-se à conta do Fundo de Assistência ao Médico Cooperado (FACO) onde são registradas as receitas e despesas do mesmo e as solicitações de financiamento ao Fundo de Alto Custo a Central de Serviços auxiliares RS, referente ao reembolso de valores das contas hospitalares.

21) CAPITAL SOCIAL E RESERVAS

21.1) CAPITAL SOCIAL

O Capital Social está dividido entre 737 cooperados, sendo que o valor da quota parte de ingresso atualmente é de R\$ 1,00 (um real).

Abaixo demonstramos a composição do capital social na data do balanço:

RUBRICAS	2018	2017
Capital Social Subscrito	10.114.443,90	5.597.837,77
(-) Capital Social a Integralizar	(339.519,74)	(375.387,23)
Totais	9.774.924,16	5.222.450,54

21.2) JUROS CAPITAL SOCIAL

Conforme disposição estatutária e legal a cooperativa atribuiu juros sobre o capital integralizado a seus cooperados de 12% ao ano. Os valores são capitalizados ou distribuídos em 31 de dezembro de cada ano conforme discriminado abaixo:

RUBRICAS	Valor
Capital Integralizado	8.760.212,84
Juros sobre o Capital	1.038.372,60
IRRF incidentes	(27.161,48)
Juros Líquidos	1.011.211,32

21.3) RESERVAS

As reservas regulamentadas por lei e estatuto social da cooperativa estão assim identificadas:

RUBRICAS	2018	2017
Fundo Rotativo	-	3.334.182,90
Fundo de Apoio Operacional (a)	12.526.360,55	11.880.103,69
Fundo de Reserva (b)	2.831.501,65	2.632.067,38
FATES (c)	18.297.321,56	13.876.645,84
Fundo para Investimento (d)	2.153.102,00	1.653.102,00
Totais	35.808.285,76	33.376.101,81

a) Fundo de Apoio Operacional

Tem a finalidade de reparar eventuais deficiências financeiras da cooperativa. É constituído de 50% das sobras líquidas apuradas no Balanço anual. O valor acumulado é de R\$ 12.526.360,55 (doze milhões quinhentos e vinte e seis mil trezentos e sessenta reais e cinquenta e cinco centavos)

b) Fundo de Reserva

O Fundo de Reserva Legal é indivisível entre os cooperados, sendo constituída com o mínimo de 10% das sobras do exercício das atividades do Ato Cooperativo Principal, além de eventuais destinações a critério da AGO e destina-se a cobertura de eventuais perdas que a cooperativa venha sofrer e atendendo ao desenvolvimento de suas atividades, valor acumulado de R\$ 2.831.501,65 (dois milhões oitocentos e trinta e um mil quinhentos e um reais e sessenta e cinco centavos)

c) FATES

Tem a finalidade de prestar amparo aos cooperados e seus familiares bem como aos empregados da Sociedade, além de programas em atividades de incremento técnico e educacional. É constituído por, no mínimo 5% (cinco por cento) das sobras apuradas no Balanço anual e pelo resultado das operações com não associados (Ato Auxiliar). Neste exercício foi revertido o montante de R\$ 832.481,03 (oitocentos e trinta e dois mil quatrocentos e oitentas e um reais e três centavos) do FATES, de acordo com o que determina o regulamento vigente do Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social. O montante acumulado é de R\$ 18.297.321,56 (dezoito milhões duzentos e noventa e sete mil trezentos e vinte e um reais e cinquenta e seis centavos)

d) Fundo para Investimento

A reserva para investimentos foi constituída a partir das sobras à disposição da AGO referente ao exercício de 2004 no valor de R\$ 459.523,72 (quatrocentos e cinquenta e nove mil, quinhentos e vinte e três reais e setenta e dois centavos) e 2006 no valor de R\$ 606.946,37 (seiscentos e seis mil, novecentos e quarenta e seis reais e trinta e sete centavos), destinados para construção da nova sede, e sobras da AGO do ano de 2015 de R\$ 586.631,91 (quinhentos e oitenta e seis mil seiscentos e trinta e um reais e noventa e um centavos), s sobras de 2017 para investimento em Tecnologia da informação no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) totalizando um montante de R\$ 2.153.102,00 (dois milhões cento e cinquenta e três mil cento e dois reais)

22) FORMAÇÃO E DESTINAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS

RUBRICAS	2018	2017
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	6.225.067,19	4.307.157,77
- Resultado dos Atos Cooperativos Principais – ACP	1.032.030,40	1.846.533,69
- Resultado dos Atos Cooperativos Auxiliares – ACA / ANC	5.193.036,79	2.460.624,08
REVERSÕES E REALIZAÇÕES DE RESERVAS	832.481,03	608.967,42
- (+) Reversão do FATES	832.481,03	608.967,42
BASE PARA DESTINAÇÕES	7.057.548,22	4.916.125,19
DESTINAÇÕES ESTATUTÁRIAS:	6.605.168,43	4.207.687,19
- (-) Reserva Legal (10%)	129.251,37	202.410,86
- (-) FATES (5%)	64.625,69	101.205,43
- (-) Reserva Operacional Estatutária (50%)	646.256,86	1.012.054,30
- (-) Resultado do ACA Transferido Para o FATES	5.765.034,51	2.892.016,60
SOBRAS À DISPOSIÇÃO DA AGO	452.379,79	708.438,00

23) PROVISÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

RUBRICAS	2018	2017
(=) Lucro antes do IRPJ e CSLL	7.672.861,37	5.663.965,19
(+) Adições (Exclusões) Permanentes	1.255.368,32	2.017.870,92
(+) Adições temporárias	0,00	0,00
(-) Exclusão relativa ao ato cooperativo (a)	(1.835.613,40)	(1.846.533,69)
Base de Cálculo antes do prejuízo fiscal	7.092.616,29	5.835.302,42
(-) Compensação dos prejuízos fiscais		
Base de Cálculo depois da compensação do prejuízo fiscal	7.092.616,29	5.835.302,42
IRPJ – 15% + (10% o que for superior a R\$ 240.000)	1.706.598,37	1.399.813,79
CSLL – 9%	638.335,47	525.177,22

a) – Os critérios para apuração de atos cooperativos estão elencados no item (b) desta Nota Explicativa.

b) Apuração de Atos Cooperativos, Auxiliares e Não Cooperativos**b.1) ATOS COOPERATIVOS**

Os Atos Cooperativos Principais referem-se às operações exclusivamente com os cooperados e associados do Sistema Unimed. Os Atos Cooperativos Auxiliares referem-se às operações com meios credenciados, para execução de serviços auxiliares ao trabalho médico cooperado e os Atos Não Cooperativos referem-se às operações com médicos não cooperados.

A operadora para fins de apuração de IRPJ e CSLL considera os atos cooperativos auxiliares como atos não cooperativos.

A apuração do resultado dos atos cooperativos e não cooperativos, visa atender o artigo nº 87 da Lei nº 5.764/71 e legislação tributária vigente, onde os resultados dos atos não cooperativos serão levados para a conta do FATES, permitindo ainda a apuração da Contribuição Social e do Imposto de Renda.

b.2) CRITÉRIOS DE PROPORCIONALIDADE E SEGREGAÇÃO DOS ATOS COOPERATIVOS E NÃO COOPERATIVOS

Sobre a Receita de Contraprestações Emitidas de Assistência Médico-Hospitalar foi utilizada a proporcionalidade dos Atos Cooperativos e Não Cooperativos sobre os Eventos Indenizáveis Líquidos, sendo o resultado desta equação aplicado as Receitas de Contraprestações Emitidas de Assistência Médico-Hospitalar.

Sobre as Despesas e Custos Indiretos: primeiramente calculou-se a proporcionalidade dos Atos Cooperativos e Não Cooperativos sobre a totalidade das Receitas da Cooperativa, sendo o resultado desta equação aplicado as Despesas e Custos Indiretos, conforme demonstrado no quadro das Sobras e Perdas das Demonstrações Financeiras. As demais despesas operacionais e as receitas financeiras líquidas foram segregadas com base na relação percentual das receitas totais.

Algumas receitas e despesas foram apuradas adotando-se critérios diferenciados, destacamos os principais itens abaixo:

- Receita e despesas como meios próprios foi diretamente alocada como ato cooperativo.
- Provisão de contingência tributária de ato principal alocado diretamente como ato cooperativo.
- Receitas de variações monetárias de tributos apropriados integralmente como ato cooperativo.
- Juros sobre tributos de atos auxiliares apropriados integralmente como atos não cooperativos.
- Receitas e despesas da sede campestre apropriados como atos cooperativos.
- Sobras de sociedades cooperativas apropriados integralmente como atos cooperativos.

RUBRICAS	ACP	ACA	TOTAL
Resultado Direto Operações Plano de Saúde	5.006.514,66	12.659.800,26	17.666.314,92
Resultado das Operações com Assistência Saúde	939.473,88	236.296,82	1.175.770,70
Despesas Administrativas e de Comercialização	(4.008.628,44)	(8.475.750,09)	(12.484.378,53)
Resultado Financeiro	(944.548,33)	2.371.145,50	1.426.561,17
Resultado Patrimonial	39.218,63	746.478,14	785.696,77
RESULTADO ANTES IMPOSTOS	1.032.030,40	7.537.970,63	8.570.001,03
Contribuição Social		(638.335,47)	(638.335,47)
Imposto de Renda		(1.706.598,37)	(1.706.598,37)
Reversão FATES utilizado	260.483,31	571.997,72	832.481,03
Resultado após reversão FATES	1.292.513,71	5.765.034,51	7.057.548,22
Destinações Estatutárias	(840.133,92)	(5.765.034,51)	(6.605.168,43)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	452.379,79	0,00	452.379,79

24) BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A cooperativa disponibiliza aos seus empregados os benefícios relacionados abaixo.

Ticket Alimentação:

Disponibilizamos ticket alimentação creditado mensalmente para cada funcionário, de acordo com a legislação do PAT no valor de R\$ 626,00 (seiscentos e vinte e seis reais), com o desconto em folha de pagamento previsto por lei de 10% do valor do benefício.

Auxílio Creche:

Conforme acordado em Convenção Coletiva, funcionários com filhos até 5 anos de idade recebem mensalmente com crédito em folha de pagamento o valor de R\$ 107,00 (cento e sete reais), valor esse reajustado anualmente mediante acordo com o Sindicato.

Vale Transporte:

Fornecemos vale transporte para os funcionários que necessitam de transporte público de acordo com a CLT e com desconto em folha de pagamento de 6% do salário.

Plano de saúde:

Oferecemos plano de saúde de assistência com segmentação ambulatorial + hospitalar + obstetrícia de abrangência nacional extensivo a todos os empregados e dependentes diretos por intermédio da AFUPLAM (Associação de Funcionários), com desconto na mensalidade de 85% para funcionários e para dependentes descontos na mensalidade que variam de acordo com a faixa salarial de 85%,75% e 55%.

O desconto de coparticipação é de acordo com tabela de valores onde o funcionário colabora com 20% do valor original em exames e nas consultas no valor fixo de R\$ 41,29 (quarenta e um reais e vinte e nove centavos).

Uniforme:

Objetivo de padronizar o ambiente profissional, construindo uma imagem positiva, respeitosa e de credibilidade, a cooperativa disponibiliza uniforme para todos os funcionários, sendo obrigatório o uso nos cargos administrativos e assistenciais.

25) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Caracteriza-se como instrumento financeiro, qualquer contrato que dá origem a um ativo financeiro em uma entidade e um passivo financeiro ou instrumento de patrimônio em outra entidade.

a) Avaliação de Instrumentos Financeiros

A administração procedeu à análise dos instrumentos financeiros que compõem o ativo e o passivo e concluiu que o valor justo das Disponibilidades, Créditos Operações com Planos de Assistência à Saúde e Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora e os Passivos Circulantes, principalmente Provisão de Eventos a Liquidar, Débitos de Operações de Assistência à Saúde aproximam-se do saldo contábil, cujos critérios de contabilização e valores estão demonstrados nas demonstrações contábeis, em razão de o vencimento de parte significativa desses saldos ocorrer em data próxima a do encerramento do balanço.

Os empréstimos e financiamentos são atualizados monetariamente com base em índices de inflação e juros variáveis em virtude das condições de mercado e, portanto, também próximos do valor justo.

Em 31 de dezembro de 2018, a Unimed não possuía nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo.

b) Fatores de risco

A Cooperativa apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

b1) Risco de crédito;

Advém da possibilidade de a Cooperativa não receber os valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos detidos em instituições financeiras geradas por operações de investimento financeiro.

Para atenuar esse risco, a Cooperativa adota como prática de acompanhamento permanente do saldo devedor de suas contrapartes e análise periódica dos índices de inadimplência. Com relação às aplicações financeiras, a Cooperativa dá preferência a realizar aplicações em instituições renomadas e com baixo risco de crédito.

b2) Risco de liquidez

Risco de Liquidez é a possibilidade da não existência de recursos financeiros suficientes para que a empresa honre seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando os diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Para atenuar esse risco, a Cooperativa adota como prática de acompanhamento permanente o fluxo de caixa avaliando a adequação de prazos de recebimentos e pagamentos de operações relativas a plano de saúde, que normalmente são caracterizadas por prazos de recebimentos e pagamentos consideravelmente pequenos.

b3) Risco de taxa de juros;

O risco de taxa de juros advém da possibilidade da Cooperativa estar sujeita a alterações nas taxas de juros que possam trazer impactos os seus ativos captados (aplicados) no mercado.

Para minimizar possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a cooperativa adota a política de aplicações conservadoras em títulos de renda fixa (CDB, Fundos de investimento e RDC) e títulos públicos (LFT – quando aplicável), aplicados em diversas instituições financeiras.

b4) Risco operacional;

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Cooperativa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Cooperativa.

O objetivo da Cooperativa é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação, e buscar eficácia de custos para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta Administração.

A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Cooperativa para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- cumprimento de exigências regulatórias e legais;
- documentação de controle e procedimentos;
- exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação e controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- exigências de reportar perdas e as ações corretivas propostas;
- desenvolvimento de planos de contingências;
- treinamento e desenvolvimento profissional;
- padrões éticos e comerciais.

b5) Risco da gestão da carteira de investimentos.

A Cooperativa limita sua exposição a riscos de gestão da carteira de investimento ao investir apenas em títulos públicos e títulos de renda fixa privados em diversas instituições financeiras como forma de diluir os riscos. A Administração monitora ativamente as aplicações e os rendimentos e não espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações.

A Entidade adota uma política de seguros que consideram principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. Segue a demonstração da cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2018:

RUBRICAS	Tipo de cobertura	Valor segurado
Centro administrativo / PA/Laboratório	Incêndio, raio, explosões, implosões, danos elétricos curto circuito, vidros, espelhos, mármore, anúncio luminoso, roubo, furto de bens, perda, pagamento aluguel, vendaval recomposição de documentos, responsabilidade civil de operações.	R\$ 13.875.000,00
Laboratório	Incêndio, raio, explosões, danos elétricos e curto circuito, vidros, anúncios luminosos, responsabilidade civil de operações, perda pagamento de aluguel e recomposição de registros de documentos.	R\$ 383.000,00
Sede Antiga	Incêndio, raio e explosão e responsabilidade civil operações (Sala desocupada).	R\$ 550.000,00

27) PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas compreendem a Diretoria Executiva e Conselheiros de Administração, cujas atribuições, poderes e funcionamento são definidos no Estatuto Social da Cooperativa. Os diretores são os representantes legais, responsáveis, principalmente, pela sua administração no aspecto operacional, já o Conselho de Administração é responsável pelo desenvolvimento das políticas e diretrizes gerais. São eleitos pela Assembleia Geral, com mandato de 03 anos.

As operações com partes relacionadas são realizadas no contexto normal das atividades operacionais e apresentaram as seguintes movimentações:

Natureza da Operação	Valores em R\$
Remuneração	320.545,07
Cédula de Presença	96.555,41
Produção Médica (todos conselheiros + diretoria)	1.013.558,58
Cota Capital	138.563,62
Saldo contas a receber 129	7.411,60

28) COMPARABILIDADE

Com a adoção da RN 430 de 07 de dezembro de 2017, conforme divulgado na nota explicativa nº 03 t Mudanças de Práticas Contábeis, os valores divulgados na Demonstração do Resultado do exercício de 2017, foram ajustados de modo a permitir a comparabilidade com as mudanças provocadas pela referida norma, utilizando a mesma proporcionalidade apurada no exercício de 2018 nos atendimentos aos usuários de intercâmbio habitual, em corresponsabilidade assumidas e transferidas, conforme a seguir demonstrado.

	2018	2017	2017 Ajustado RN 430
Contraprestações efetivas de planos de assistência à saúde	164.853.329,55	83.951.246,43	121.072.166,78
Receitas com operações de assistência à saúde	165.314.078,78	84.302.444,89	121.423.365,24
Contraprestações líquidas	165.334.128,75	84.300.559,08	121.421.479,43
Contraprestação de Corresponsabilidade Assumida	92.326.676,23	47.075.522,05	
(-) Contraprestações de Corresponsabilidade Transferida	(19.523.422,11)	(9.954.601,70)	
Variação das provisões técnicas	(20.049,97)	1.885,81	1.885,81
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora	(460.749,23)	(351.198,46)	(351.198,46)
Eventos indenizáveis líquidos	(148.345.798,03)	(74.602.727,95)	(109.481.935,90)
Eventos conhecidos ou avisados	(147.766.310,74)	(73.520.087,16)	(108.399.295,11)
Eventos de Corresponsabilidade Assumida	(87.930.127,39)	(44.833.809,65)	
Eventos de Corresponsabilidade Transferida	19.523.422,11	9.954.601,70	
Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados	(579.487,29)	(1.082.640,79)	(1.082.640,79)
Despesas com resseguro			
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSIST. À SAÚDE	16.507.531,52	9.348.518,48	11.590.230,88
Outras receitas operacionais de planos de assistência à saúde	275.405,51	268.487,30	268.487,30
Receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora	10.038.860,61	13.533.489,94	11.291.777,54
Receitas com operações de assistência médico-hospitalar	4.759.143,60	4.451.780,62	4.451.780,62
Receitas com administração de intercâmbio eventual - assistência médico-hospitalar	1.473.467,28	5.397.181,19	3.155.468,79
Redução relativa transferência para corresponsabilidade assumida	(4.396.549,34)	(2.241.712,40)	
Outras receitas operacionais	3.806.249,73	3.684.528,13	3.684.528,13
(-) Tributos diretos de outras atividades de assistência à saúde	(796.554,66)	(642.115,62)	(642.115,62)
Outras despesas operacionais com planos de assistência à saúde	(2.587.847,84)	(2.323.233,20)	(2.323.233,20)
Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde	(2.283.363,83)	(2.132.494,50)	(2.132.494,50)
Provisão para perdas sobre créditos	(304.484,01)	(190.738,70)	(190.738,70)
Outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora	(4.595.273,52)	(4.620.182,99)	(4.620.182,99)
RESULTADO BRUTO	18.842.121,62	15.564.963,91	15.564.963,91

30) EVENTOS SUBSEQUENTES

Não ocorreram eventos entre a data de encerramento do exercício social e de elaboração das demonstrações financeiras (15/03/2019), que pudessem afetar as informações divulgadas, bem como a análise econômica e financeira.

Passo Fundo, 31 de dezembro de 2018.

Luiz Antônio Sagebin Albuquerque

Presidente

Ângela Teochi

Contadora CRC RS 078187/O

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da UNIMED PLANALTO MÉDIO – Cooperativa de Serviços Médicos Ltda, em cumprimento às atribuições legais e estatutárias, procedemos à análise das demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, compreendendo o balanço patrimonial, as demonstrações de sobras e perdas, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e as notas explicativas.

Nossos exames foram efetuados dentro da extensão e profundidade que entendemos necessárias a fim de obter evidências para a formação de uma opinião sobre os referidos documentos e levaram em conta, também, as verificações que efetuamos durante o exercício social.

Com base em nossos exames e também considerando os esclarecimentos dados pela administração e no parecer dos auditores independentes da Empresa Dicker e Maffi Auditoria e Consultoria S.S, o Conselho Fiscal recomenda à assembleia geral a aprovação da prestação de contas do exercício encerrado em 31/12/2018.

Passo Fundo, 11 de Março de 2019.

Dr. Juliano Nogara

Dr. Paulo Cesar Moschetta

Dr. Rodrigo Ilha Algarve

Dr. Rodrigo Latuada

Dr. Roger Alberto Costa

Dr. Tiago Simon

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Membros do Conselho de Administração e Fiscal e Associados

UNIMED PLANALTO MÉDIO Cooperativa de Serviços Médicos Ltda.
Passo Fundo – RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **UNIMED PLANALTO MÉDIO – COOPERATIVA DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA.**, que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas Demonstrações de Sobras ou Perdas, do Resultado Abrangente, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **UNIMED PLANALTO MÉDIO – COOPERATIVA DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA**, em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Operadora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

Examinamos, também, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), apresentada para propiciar informações suplementares, requerida como parte integrante das Demonstrações Financeiras, apenas para as companhias de capital aberto, elaborada sob a responsabilidade da administração da Operadora e submetida aos procedimentos de auditoria no parágrafo que trata da responsabilidade dos auditores independentes e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada em todos os seus aspectos relevantes, em relação às Demonstrações Financeiras tomadas em conjunto.

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017, apresentadas para fins de comparabilidade, foram por nós auditadas e o relatório de opinião sobre as mesmas foi emitido em 09 de fevereiro de 2018, sem ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Operadora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato.

Na análise do relatório da administração que nos foi apresentado pela diretoria, nos termos definidos pela RN 418/16 da Agência Nacional de Saúde Suplementar, não identificamos qualquer inconsistência relevante nas demais informações divulgadas em relação as demonstrações financeiras ou com o conhecimento obtido na auditoria.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Operadora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Operadora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Operadora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Operadora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Operadora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Operadora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Porto Alegre/RS, 15 de março de 2019.

SÉRGIO MAFFI-Sócio Responsável Técnico

Contador CRC/RS 033.274/O-9

DICKEL & MAFFI – Auditoria e Consultoria S.S.

CRC/RS 3.025/O-0